

## Violência contra a mulher: as diferentes faces e o que há por trás<sup>1</sup>

Maria Luiza Vasconcellos Barbosa<sup>2</sup>

**Resumo:** A violência contra a mulher abrange abusos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais ou morais. A análise do que leva a maioria dos casos desse tipo de violência serem praticados por homens - normalmente namorados, parceiros ou maridos - relaciona-se aos atributos socialmente considerados “femininos” e “masculinos” e à pressão inconsciente exercida pelos responsáveis pela educação da criança, de acordo com o sexo biológico. Este trabalho tem como objetivo discutir o tema ainda muito atual da violência contra a mulher, buscando compreender suas diversas formas (mas de igual gravidade), os alegados motivos para a frequência e para tão poucas denúncias ou discussões como uma questão social, e, ainda, questionando-se a diferença na criação de crianças de sexos biológicos diferentes e as consequências disso.

**Palavras-Chave:** machismo; abuso; educação; violência; feminicídio; mulher.

**Abstract:** Violence against women includes physical, psychological, sexual, property or moral abuse. The analysis of what drives the vast majority of the reported cases of violence against women being practiced by men - usually boyfriends or husbands - leads to the socially considered "female" and "male" attributes and to the unconscious pressure exerted by those responsible for the education of the child according to their biological sex. This paper aims to discuss the still very current theme of violence against women, seeking to understand its various forms but equal gravity, the alleged motives for its frequency and few police reports or discussions as a social issue, and also questioning the difference in child upbringing of different biological sexes and its consequences.

**Keywords:** sexism; abuse; education; violence; femicide, woman.

### Contradição dos dados

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994<sup>3</sup>, reconhece essa violência como todo ato baseado na discriminação por gênero que resulta em lesão física, sexual ou psicológica de mulheres, podendo estar inserida tanto em um contexto público, como um assédio verbal na rua, quanto em um privado, como um relacionamento abusivo – que na grande maioria das vezes, começa de maneira sutil. As formas de abuso tendem a se estender aos poucos perdendo, progressivamente, a percepção do que seria minimamente aceitável (SENADO FEDERAL s/d). A violência e o assédio praticados por homens contra as mulheres têm se apresentado como um grave problema social, que impede a realização do pleno potencial pessoal e profissional da vítima, sendo alvo hoje de diversas políticas públicas por todo o globo, a exemplo da Lei Maria da Penha<sup>4</sup>, no Brasil.

---

<sup>1</sup> Este artigo originou-se de um conjunto de ações: a participação, no Colégio Ítaca, do Coletivo Feminista Ártemis, desde 2017, em que se fizeram discussões e projeção de filmes sobre o assunto; aulas de História, além do interesse pessoal da autora.

<sup>2</sup> Maria Luiza Vasconcellos Barbosa, 15 anos, é aluna do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Ítaca, é apaixonada por cinema, tendo inclusive feito curso de férias na Academia Internacional de Cinema, SP. A paixão estende-se à música, ao canto, à escrita. E o pé no chão, com olhos críticos para a sociedade. Professora-orientadora: Cecília Ester Romo Jorquera.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm). Acesso em 28 set. 2018.

<sup>4</sup> Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Recebeu esse nome, em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu abuso e violência do marido, em 23 anos de casamento, culminando em duas

A Lei Maria da Penha garante o direito de toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, de usufruir dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe assegurado o direito para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. A mesma reconhece a violência contra a mulher em diversas situações: a violência física; a violência psicológica, reconhecida como qualquer conduta que cause dano emocional e à saúde psicológica, que leve a diminuição da autoestima ou vise controlar os comportamentos, crenças e decisões da vítima; violência sexual, compreendida como qualquer ação que a constranja a manter ou participar de uma relação sexual não desejada; violência patrimonial, que pode ser definida por qualquer comportamento que configure retenção ou destruição (parcial ou total) de bens ou recursos econômicos pertencentes a vítima e violência moral, reconhecida por qualquer ação que configure difamação, injúria ou calúnia. (JUSBRASIL, 2006)

Mesmo com o aumento de informação e legislação a respeito, estima-se, ainda, no Brasil, que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos, e o marido, namorado ou antigo parceiro é o responsável por mais de 80% dos casos reportados segundo a pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010). O estudo ouviu 2.365 mulheres e 1.181 homens, com mais de 15 anos de idade, de 25 unidades da federação, cobrindo as áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões do país. Os resultados perturbam: 40% das entrevistadas afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência, dentre elas: controle/cerceamento (24%), violência física ou ameaça à integridade (24%), psíquica/verbal (23%), sexual (10%) e assédio (7%).

De acordo com o Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres no Brasil (CEBELA/FLACSO, 2015), o Sistema Único de Saúde (SUS) atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência, em 2011, sendo que 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico. Em 2013, houve 4762 feminicídios, o que equivale a 13 mortes diárias de mulheres.

Por outro lado, a pesquisa “Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016) mostra que apenas 2% da população não conhece/nunca ouviu falar da Lei Maria da Penha, e que, para 86% dos entrevistados, as mulheres passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica após a Lei. Além disso, 86% concordam também que a agressão contra as mulheres deve ser denunciada à Polícia. Mas, ao mesmo tempo, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Avon/Locomotiva (2016), apresentada na 4ª edição do Fórum Avon Fale Sem Medo, com 1.800 homens e mulheres e em 70 municípios brasileiros, 27% dos entrevistados afirmaram que, em alguns casos, a mulher é culpada pelo estupro, dependendo de sua roupa.

E essa disparidade se dá também em resultados como: 78% não interferem nunca em brigas de casal ou o fazem somente em casos de violência extrema. Tal costume, inclusive, faz referência ao ditado “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, que é um reflexo da normatização de relacionamentos tóxicos e violentos na nossa sociedade. Mas, a mesma pesquisa Avon teve como resultado que só 1 em cada 4 brasileiros (homens) admite ser machista: isso ocorre porque há uma

---

tentativas de assassinato, que a deixaram paraplégica. Por fim, denunciou-o e lutou bravamente pela condenação.

contradição clara na sociedade entre a autopercepção do comportamento opressivo de parte dos homens em relação às mulheres e a realidade comportamental dos mesmos.

### **Comportamento masculino**

De acordo com a Psicologia Comportamental (ou Behaviorismo), o aprendizado acontece com a observação de modelos e com punições/recompensas. Seu maior teórico, o psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner (*apud* Nova Escola, 2017) afirmava que o instrumento fundamental de aprendizagem é o reforço – a consequência de uma ação quando ela é percebida por aquele que a pratica. Para o Behaviorismo, o reforço pode ser positivo (uma recompensa) ou negativo (uma consequência indesejada, como repreensão ou punição). Pois, desde pequenos, meninos se vangloriam, de modo geral, ao agirem de acordo com o que é esperado de um homem, ouvindo frases ditas em um tom positivo, reafirmando sua masculinidade, mas são “punidos” com olhares de decepção ou preocupação e, em alguns casos, com surras e broncas, quando apresentam qualquer característica ou comportamento considerado “feminino”, já que estes representariam fraqueza ou falta de caráter. Dos entrevistados na pesquisa do Instituto Avon/Locomotiva, 48% nunca deixariam os filhos (meninos) brincarem de boneca, por exemplo, sendo repreendidas quaisquer atitudes que demonstrem sensibilidade, delicadeza ou, até mesmo, um gosto pelas artes.

Isso tem como consequência uma pressão inconsciente para, desde cedo, os homens serem constantemente “superiores” (leia-se “mais fortes”) às mulheres, consideradas como submissas ou o “sexo frágil”, e também para terem um sentimento de ofensa quando essa superioridade e, portanto, a sua masculinidade, é questionada ou desafiada. A repetição de frases muito usuais como “prendam suas cabras, pois o meu bode está solto”, que estimulam a falta de controle sexual do homem e a desculpabilização dos mesmos ao objetivarem uma mulher, ou seja, reduzi-la a um corpo sexualizado a seu dispor, é um exemplo de como a criação de meninos leva à cultura do estupro e a uma sociedade que não respeita a mulher como ser humano independente. Para além disso, a frase revela o consenso social de que o homem não precisa se responsabilizar pelas consequências de uma relação sexual, como uma gravidez, por exemplo (os pais de mulheres – novamente um outro homem – devem “segurar” as filhas, para “protegê-las” ou impedi-las de fazerem algo condenado socialmente).

Nesse contexto, há, ainda, a convicção de que a masculinidade de um homem é desafiada quando uma mulher se nega a estar disponível a ele, quer “protegida disso”, quer se negando a envolver-se com ele, questionando-o em algum de seus comportamentos ou, ainda, tornando-se financeiramente independente do trabalho e renda masculinos ou, até mesmo, utilizando uma roupa ou cabelo que não agrada ao homem (sendo porque não acha bonito ou porque, por enxergar sua namorada ou esposa como ser a ser submetido, sente-se ofendido se esta não “se resguardar somente para ele” e usar algo que exponha o corpo).

Há, porém, outros dados interessantes. Ainda de acordo com a pesquisa do Instituto Avon/Locomotiva, 6 em cada 10 homens desejam melhorar a sua postura em relação às mulheres, mas admitem ter receio de defender uma mulher em meio a um grupo de amigos - reclamar sobre fotos de uma mulher nua postadas em grupo de *Whatsapp*, por exemplo. Isso se dá, novamente, pela necessidade de reafirmar uma masculinidade tal como vem há séculos se construindo (no caso do exemplo, por medo de que sua heterossexualidade seja questionada, já que estaria incomodado com a exposição de uma mulher, não usufruindo de um corpo que estaria “à sua disposição”).

Chimamanda Ngozi, escritora nigeriana detentora de diversos prêmios - entre eles o *Orange Prize* e o *National Books Critics Circle Award* - e autora dos livros **Sejamos todos feministas** (2015), **Para educar crianças feministas** (2017) e o best-seller **Americanah** (2013), entre outros, disse em uma palestra no TedxEuston<sup>5</sup>, em 2012: “Nós ensinamos às meninas que elas podem ter ambições, mas não muitas. E as incentivamos para que sejam bem-sucedidas, mas não muito, porque assim elas ameaçariam os homens”.

Ela Wiecko Volkmer de Castilho, subprocuradora-geral da República e Professora da Universidade de Brasília (Unb), quando questionada sobre a violência doméstica no Brasil, afirmou que

há supostos papéis estabelecidos tanto para homens quanto para mulheres: criam-se estereótipos que afetam a vida das pessoas. Mas, no caso das mulheres, esse impacto acontece em maior grau porque esses estereótipos são discriminatórios e historicamente têm impedido o acesso ao poder econômico e político e a direitos, gerando desigualdade. Há toda uma série de barreiras que são criadas para as mulheres e, nesse contexto, algumas pessoas usam inclusive da violência física e psicológica para manter aquilo que acham que é ‘correto’, para manter o que avaliam ser o ‘lugar da mulher. (CASTILHO, s/d)

### **Diferenças entre os sexos: biologia versus posição na sociedade**

Ainda na palestra citada acima (TEDXEUSTON, 2012), Chimamanda Adichie fez a seguinte afirmação:

Homens e Mulheres são diferentes; temos hormônios diferentes, temos órgãos sexuais diferentes, temos habilidades biológicas diferentes (...). Homens têm testosterona e são, em geral, fisicamente mais fortes que as mulheres. Têm um pouco mais mulheres do que homens no mundo; aproximadamente 52% da população mundial é feminina, mas a maioria das posições de prestígio e poder são ocupadas por homens. (...) então de modo literal, homens comandam o mundo. Isso fazia sentido há 1000 anos, porque seres humanos viviam em um mundo no qual a força física era um atributo muito importante para sobrevivência – a pessoa mais fisicamente forte era mais provável de comandar – e homens em geral são, e é claro que existem muitas exceções, fisicamente mais fortes. Mas hoje nós vivemos em um mundo vastamente diferente; a pessoa mais provável de comandar não é a pessoa mais forte, é a pessoa mais criativa, mais inteligente e a mais inovadora, e não existem hormônios para esses atributos. (...) Nós evoluímos, mas me parece que a concepção de gênero não evoluiu.

Espera-se das mulheres que se diminuam e tomem as decisões de sua vida sempre pensando em agradar aos homens e, também por isso, é ensinado a elas que

---

<sup>5</sup> O TEDx foi criado no espírito da missão do TED, “Ideas Worth Spreading”, onde x = evento TED organizado de forma independente. O evento o TEDxEuston foi um dos primeiros eventos do TEDx em 2009, e é o único TEDx fora da África que celebra a natureza diversa do continente e sua diáspora [...] O TEDxEuston é organizado por uma equipe global de voluntários sediada no Reino Unido, Nigéria, Gana, Alemanha, EUA e Índia.

almejem o casamento, como única forma de vida valorizada em sociedade. É claro que o casamento pode ser muito bom, uma relação com muito companheirismo e gerador de felicidade para ambos os participantes, mas por que almejá-lo como melhor ou única opção de futuro não é também ensinado para os homens? Outro aspecto cultural significativo são as formas de tratamento usadas em sociedade: quando nos referimos a mulheres, podemos usar “senhora” ou “senhorita”, dependendo de serem ou não casadas; já para homens utilizamos apenas “senhor”, independentemente de seu estado civil. Isso porque, socialmente, é importante saber se uma mulher é comprometida a um homem e, assim, existiria maior respeito atribuído à palavra “senhora”, mas não é tão importante saber se um homem é casado ou não, para ser respeitado. A mulher que atinge certa idade e ainda é denominada “senhorita”, é ensinada a enxergar isso como uma falha pessoal porque não “cumpriu” o papel que dela se espera, ou seja, estar à disposição de um homem. Podemos dizer que os termos da língua refletem crenças e comportamentos que, subconscientemente, desrespeitam a figura da mulher como ser independente e autônomo.

Exemplo concreto desse estado de coisas é o exercício da política: embora já tenhamos tido no cargo de Presidência da República uma mulher, eleita democraticamente, e também ocupação de cargos com parlamentares, 92,9% dos cargos ministeriais do governo foram ocupados por homens, em 2017. Em 2014, somente 10,5% dos representantes no parlamento foram mulheres; 37,8% de cargos gerenciais são ocupados por mulheres (estimado em 2016).<sup>6</sup>

No ambiente de trabalho, muitas mulheres são previamente tachadas como incapacitadas profissionalmente, por serem muito “sensíveis e emocionais”, isso posto de modo negativo. Novamente batemos na tecla do modelo de criação dos jovens: atribuem-se às mulheres características que se acredita representarem descontrole emocional e falta de profissionalismo. “A mulher é guiada pela emoção, e os homens pela razão” é outro dizer popular que representa os conceitos dos atributos femininos e masculinos e que cria uma barreira de crescimento profissional e intelectual para as mulheres.

### **Por que as vítimas não denunciam seus agressores?**

Do total de 22.918 casos de estupro registrados pelo sistema de saúde em 2016, 50,9% foram cometidos contra crianças de até 13 anos. As adolescentes de 14 a 17 são 17% das vítimas e 32,1% eram maiores de idade (IPEA. Atlas da Violência, 2018).

Entrevistado pela repórter Akemi Nitahara, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em junho de 2018, o pesquisador do Fórum de Segurança Pública (FBSP) David Marques afirmou:

Os estudos mais conservadores estimam que o número de registros equivale a, no máximo, 10% da quantidade real de estupros de cada ano, ou seja, esse número é muito pior. Isso em grande medida tem a ver com a confiança que essas vítimas podem ter no próprio sistema de segurança ou de saúde, da forma como vai ser acolhida e da resposta pública a ser oferecida para a situação dramática que estão enfrentando

---

<sup>6</sup> Dados retirados de levantamento do IBGE, 2017, pela Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

No caso desses crimes, as vítimas são vistas pelos criminosos como um corpo destinado para a satisfação sexual do homem. A normatização de um comportamento descontrolado e até autoritário, em relação ao corpo feminino, propagado para os homens desde meninos, faz com que as próprias mulheres, muitas vezes, não saibam identificar um assédio ou considerem normal e aceitável a sexualização constante e o constrangimento nas ruas, por exemplo. Falando mais amplamente, muitas vezes, também, a vítima de um relacionamento tóxico não sabe identificá-lo ou o considera normal ou, ainda, inconscientemente ignora os danos que suas atitudes estão lhe causando, por amar o agressor e ter criado uma dependência emocional. É possível, em inúmeros casos, reconhecer a constante culpabilização da vítima de estupros, em perguntas de policiais, quando um estupro é denunciado: por que é importante saber qual era a roupa que a mulher estava usando no momento? Isso impacta diretamente a falta de crédito que as mulheres depositam na denúncia; elas não buscam ajuda por medo de serem desacreditadas, discriminadas e humilhadas.

Outro possível motivo para que o número de denúncias seja tão baixo é o medo do agressor – as vítimas têm medo de morrer, de serem violentadas mais vezes, de terem seus filhos agredidos, entre outras ameaças vindas do agressor - ou, se o caso for em um ambiente de trabalho, medo de perder o emprego ou de que a denúncia acabe com suas carreiras. Isso porque ainda existe um ideal inconsciente de que a violência sexual causaria uma certa ‘desonra’ na vítima, baseando-se no fato de que ela pode ter tido algum comportamento que tenha incentivado aquela prática.

O medo de recriar sua identidade também é um motivo muito comum para que as mulheres permaneçam em relações tóxicas, de acordo com John Shore (2012), em **Seven Reasons Women Stay in Abusive Relationships (and how to defeat each one of them)**: os alvos de um relacionamento abusivo geralmente seriam muito dependentes da pessoa que está em sua vida. A partir do momento em que esse outro não existir mais, ela terá de se voltar para si mesma e, por mais que quem enxerga de fora acredite ser a melhor situação, para a vítima não o é, pois normalmente não consegue se enxergar sem a figura masculina.

### **Abuso psicológico e o ciclo do relacionamento tóxico**

Um relacionamento tóxico entre um homem e uma mulher também pode se apresentar pelo viés psicológico e não ocorre somente entre casais - também pode acontecer com amigas ou relações familiares. O abuso psicológico é o começo de uma relação que tende a se tornar fisicamente violenta. São muito comuns os casos em que ocorre a constante diminuição da inteligência ou autoestima da vítima, fazendo-a acreditar que não é merecedora de nada melhor do que o que o outro lhe oferece, criando dependência e aceitação da vítima em relação ao relacionamento tóxico, sempre se sentindo como um incômodo. Outro meio de se criar uma dependência (e esse caso se refere mais especificamente a casais ‘românticos’, com algumas exceções) é a destruição de pertences, apropriação dos recursos financeiros da vítima ou, mesmo, a culpabilização da mulher por colocar sua vida profissional como prioridade, o que a faria deixar a família e o parceiro em segundo plano. Nesses casos, o padrão costumeiro é o abusador incentivar ou obrigar a mulher a depender financeiramente dele.

Basicamente, as atitudes do agressor têm o intuito de se colocar como prioridade na vida da mulher, mesmo que de forma inconsciente, pois isso alimenta sua superioridade sobre ela. O ciclo de relacionamento abusivo de um casal começa com um momento de tensão e interrupção brusca da comunicação pois algo desagradou ao homem, e isso gera medo e confusão na vítima, que tenta apaziguar a situação. Em seguida, ocorrem incidentes de abuso emocional, verbal ou físico, vindos do

agressor, incluindo-se também vitimização, culpabilização e ameaças, entre outras atitudes de um homem, muitas vezes, descontrolado.

Por fim, a pessoa abusiva dá desculpas para o seu comportamento, muitas das ocasiões culpando o alvo “por lhe ter feito perder a cabeça” ou por ter criado “aquela situação”, há uma negação de que o abuso tenha sido tão grave quanto a vítima afirma (chamando-a de dramática ou louca, por exemplo). Assim, a vítima se sente parcial ou completamente culpada pelo ocorrido e crê que exagerou em sua reação, cada vez mais perdendo as noções do que é normal. Esse ciclo se repete constantemente e vai gradualmente piorando na gravidade dos abusos, como explica Lucy Rocha, *coach* de relacionamento e advogada. (ROCHA, 2016)

### **Considerações Finais**

E se, ao invés de criarmos as crianças de acordo com o que aprendemos ser o correto para o seu sexo biológico, esse peso da herança histórica de uma sociedade patriarcal fosse retirado das próximas gerações? Se os meninos não fossem ensinados a se envergonhar e oprimir seus atributos considerados “femininos”, estes não sentiriam a necessidade constante de reafirmar sua “masculinidade” e poder sobre as mulheres, mudando o consenso social de que mulheres devem se diminuir para não ameaçar um homem e o seu poder, de que estas devem ser submissas e precisam de uma aprovação constante dos homens. “O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero”. (ADICHIE, 2015. Páginas 36 e 37)

As consequências dos diversos padrões comportamentais estabelecidos para os indivíduos de cada gênero são muito mais severas para as mulheres, apesar de também muito danosas para homens; a cultura do estupro leva à morte e a crimes hediondos cometidos contra mulheres, além da discriminação, predestinação e pré-julgamento que elas sofrem da sociedade em geral. Desde o nascimento, um mesmo caminho de vida é esperado de uma mulher, um mesmo tipo de comportamento e um mesmo estilo de vida. A diminuição do poder de uma menina como ser independente e capaz leva diversas mulheres a desacreditarem do seu próprio potencial e valor, resultando, muitas vezes, em insegurança e desestabilidade emocional.

A curto prazo, ações de emergência são necessárias para que se estabeleça segurança para as mulheres na sociedade. Ao lado de leis efetivas e eficientes, com punições adequadas, são urgentes campanhas informativas e de conscientização, nas grandes mídias, sobre a seriedade de relacionamentos tóxicos e abusos sexuais e de toda natureza contra a mulher, incentivando-se a denúncia de casos e ajudando na percepção das vítimas e do seu círculo de pessoas mais próximas. Outra medida recomendada seria a implementação obrigatória de educação sexual nas escolas, o que pode ser um efetivo contraceptivo e principalmente um alerta para crianças que podem estar sofrendo algum tipo de abuso sexual em seu ambiente doméstico, ajudando-as a identificá-lo.

Ainda é muito comum se ouvir que mulheres tem que “se dar o respeito” e que elas se colocam em posições sexualizadas, a partir de seus próprios comportamentos. Para aqueles que compartilham dessa opinião, para uma mulher “se dar o respeito” ela precisa “guardar” o seu corpo para um homem, novamente colocando-o como se fosse prioridade. A mesma linha de raciocínio se repete com o alerta de que uma mulher deve se casar virgem, ainda propagado pela religião católica e outras, de que elas devem ser responsáveis únicas pelo cuidado com os filhos e com a casa, de que não devem usar roupas que mostrem seus corpos; sempre oprimindo seus desejos

(podendo estes serem sexuais, profissionais ou outros), sendo tratadas como objeto, cuja única função é agradar ao homem, como se disse.

O homem, por sua vez, além da opressão para negar tudo nele que seja considerado atributo feminino, é sempre incentivado a banalizar relações sexuais ou tratá-las como conquistas. Outro exemplo cotidiano é de escolas que não permitem que meninas utilizem shorts, por exemplo, usando a justificativa de que os meninos e professores se distrairiam, propagando ainda mais a culpabilização da vítima e não a do assediador, em casos de crimes.

É de suma importância que esse tipo de opressão pare de ser normatizado e, para isso, é essencial todos saberem e conhecerem plenamente as facetas de assédio ou abuso, todos compreenderem por que não é normal, por exemplo, uma mulher ser submissa a um homem ou menos valorizada do que ele, em qualquer situação (inclusive em relacionamentos profissionais). Entenderem o que há, na verdade, por trás dessas atitudes. Então, e só então, irá se iniciar a longa jornada para que se estabeleçam direitos iguais para ambos os sexos.

## Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CEBELA/FLACSO. **Mapa da violência** – Homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_mulheres.php](https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php). Acesso em 11 set. 2018.

EBC. Agência Brasil. “Atlas da Violência: 50% das vítimas de estupro têm até 13 anos”. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/atlas-da-violencia-2018-50-das-vitimas-de-estupro-tinham-ate-13-anos>. Acesso em 27 set. 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/SESC. **Pesquisa mulheres brasileiras no espaço público e privado**, 2010. Disponível em: [www.compromissoeatitude.org.br/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-espacos-publico-e-privado-fundacao-perseu-abramosesec-2010/](http://www.compromissoeatitude.org.br/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-espacos-publico-e-privado-fundacao-perseu-abramosesec-2010/). Acesso em: 29 set. 2018.

GRAGNANI, Juliana. “11 motivos que levam as mulheres a deixar de denunciar casos de assédio e violência sexual”. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41617235>. Acesso em: 22 set. 2018.

IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 26 set. 2018.



INSTITUTO AVON/LOCOMOTIVA. “O papel do homem na desconstrução do machismo”. Disponível em: [http://institutoavon.org.br/uploads/media/1481746069639-projeto\\_ia\\_20x20cm.pdf](http://institutoavon.org.br/uploads/media/1481746069639-projeto_ia_20x20cm.pdf). Acesso em: 18 set. 2018

INSTITUTO GELEDÉS. “Preconceito e culpabilização à vítima são comuns em casos de estupro”. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/preconceito-e-culpabilizacao-vitima-sao-comuns-em-casos-de-estupro/>. Acesso em 26 set. 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres**. Disponível em: <http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-espacos-publico-e-privado-fundacao-perseu-abramoses-2010/>. Acesso em 28 set. 2018

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres**. Disponível em: <http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>. Acesso em 28 set. 2018.

IPEA. Atlas da Violência 2018, apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em junho de 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432). Acesso em 30 set. 2018.

JORDÃO, Vivian. “5 jeitos de desconstruir a criação machista dos filhos”. 2017. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/04/5-jeitos-de-desconstruir-a-criacao-machista-dos-filhos\\_a\\_23065449/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/04/5-jeitos-de-desconstruir-a-criacao-machista-dos-filhos_a_23065449/). Acesso em: 22 set. 2018.

JORNAL USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/discurso-jornalistico-padroniza-comportamento-da-mulher-no-trabalho/>. Acesso em 26 set. 2018.

JUSBRASIL. Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em 28 set. 2018.

LEAL, Tatiane. **A mulher emocional: potências e riscos da feminilidade no discurso jornalístico**. São Paulo: Rumores, 2017.

MANFREDINI, Beatriz & MUNERATTO, Giuliana. **A Louca Não Sou Eu**. São Paulo, editora independente, 2017.

MARQUES, Tânia. “Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia (MG), Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2005.

REIS, Ramon Pereira dos. “Das utopias que se tornam realidade, ou: sobre homens que trabalham com feminismos”. Scielo, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n46/1809-4449-cpa-46-0481.pdf>. Acesso em 30 set. 2018.

SENADO FEDERAL. Institucional – Observatório da mulher contra a violência. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia>. Acesso em: 1 out. 2018

SHORE, John. **Seven Reasons Women Stay in Abusive Relationships (and how to defeat each one of them)**. Kindle Edition, 2012.

TEDXEUSTON. Adichie, Chimamanda N. “We should all be feminists”. Palestra, 2012. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_we\\_should\\_all\\_be\\_feminists?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=tedsread#t-484487](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=tedsread#t-484487). Acesso em: 27 set. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 27 set. 2018.

ROCHA, Lucy. **Entenda como funciona o ciclo do abuso em um relacionamento tóxico**. Disponível em: <https://www.contioutra.com/entenda-como-funciona-o-ciclo-do-abuso-em-um-relacionamento-toxico/> Acesso em: 27 set. 2018.

Recebido para publicação em 28-09-18; aceito em 22-10-18